

# Dimensões relevantes do **planeamento estratégico territorial** (PET) na promoção de **turismo sustentável**

ADRIANA ISABEL TEIXEIRA DA SILVA \* [ adriana.silva@ua.pt ]

**Resumo** | O planeamento estratégico territorial (PET) é uma atividade básica e essencial para garantir principalmente a qualidade, a sustentabilidade e a competitividade dos destinos turísticos. Este artigo tem como base analisar as dimensões relevantes do PET na promoção de turismo sustentável. Deste modo, serão analisados modelos de planeamento e desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, casos atuais de zonas costeiras sustentáveis, bem como as estratégias de planeamento territorial utilizadas por esses casos. Posteriormente serão referidos alguns desequilíbrios estruturais que a falta de planeamento e o desenvolvimento não controlado poderão originar nos destinos. Espera-se que as conclusões obtidas venham a contribuir, de alguma forma, para um planeamento de turismo sustentável mais eficaz.

**Palavras-chave** | Planeamento, Sustentabilidade, Zonas costeiras, Estratégias.

**Abstract** | Strategic territorial planning (STP) is a basic and essential activity to primarily ensure quality, sustainability and competitiveness of tourist destinations. This article is based on the analysis of relevant STP dimensions in promoting sustainable tourism. Therefore, models of sustainable planning will be analyzed according to the development of tourist destinations, sustainable coastal current cases, and the territorial planning strategies used by these cases. Afterwards, typical destination's structural instabilities will be analyzed considering inadequate planning and development techniques. It is hoped that the conclusions will contribute in some way for a more effective sustainable tourism planning.

**Keywords** | Planning, Sustainability, Coastal zones, Strategies.

---

\* **Mestranda em Gestão e Planeamento em Turismo** na Universidade de Aveiro.

## 1. Introdução

O turismo é uma atividade com um crescimento exponencial, surgindo daí a necessidade de haver planeamento, com vista a aproveitar os benefícios proporcionados e um controlo com melhor qualidade. Para além dos benefícios económicos (como receitas das empresas, rendimentos das famílias e do estado) gerados pela atividade turística, ocorrem efeitos, tanto positivos como negativos, a nível ambiental, cultural e social.

Como forma de justificar esses efeitos, basta verificar que os visitantes possuem gostos e motivações muito distintos, bem como existe uma oferta turística bastante diversificada que necessita de planeamento eficiente. Deste modo, o planeamento no setor do turismo surge como um instrumento que pretende maximizar os impactos positivos e combater os impactes negativos, com especial enfoque no ordenamento do território.

Numa primeira fase deste artigo será realizada uma revisão da literatura, de modo a definir os principais conceitos referentes ao desenvolvimento turístico sustentável e ao PET. Esta é uma etapa fundamental, uma vez que fornece a base teórica para compreender o papel do PET, no desenvolvimento e promoção do turismo.

No que respeita, ainda, à revisão da literatura, serão analisados dois modelos de planeamento e desenvolvimento em turismo, nomeadamente o modelo 'Produto-Espaço', proposto por Costa (2013), e o modelo de competitividade e sustentabilidade de destinos turísticos, de Ritchie e Crouch (2010).

Com a análise destes modelos, será possível identificar um conjunto de elementos necessários para o desenvolvimento sustentável e competitivo de destinos turísticos. Será igualmente possível, a criação de estratégias/políticas de desenvolvimento do turismo, com vista a combater alguns dos atuais problemas do setor.

Após a revisão da literatura, serão analisados casos concretos de destinos turísticos sustentáveis, referentes a zonas costeiras, nomeadamente o caso

dos Açores, de Lagos, da Região Oeste e de Cascais.

As zonas costeiras são áreas específicas de intervenção que requerem um redobrado planeamento. Tendo em conta as atuais notícias relativas às alterações climáticas, à agitação marítima e à consequente destruição da orla costeira, é necessário e urgente planear a longo prazo, de modo a adaptar as zonas costeiras à subida do nível médio do mar, bem como às consequências daí resultantes.

Com a análise destes casos pretende-se identificar de que forma os destinos promovem um turismo sustentável, tendo em conta as dimensões do PET. Pretende-se, igualmente, verificar se os destinos integram planos de ordenamento do território, a que níveis as leis são regulamentadas (local, regional ou nacional) e os desequilíbrios estruturais que a falta de planeamento e o desenvolvimento não controlado poderão originar nos destinos.

Por fim, refere-se que o artigo realizado é de carácter teórico, com base em livros, documentos e outras pesquisas realizadas nestas áreas. A organização apresentada deve-se à intenção de expor os conceitos mais relevantes à temática em questão, com o intuito de preparar o leitor para as análises seguintes.

## 2. Turismo e desenvolvimento sustentável

Não existe na literatura uma definição consensual de sustentabilidade, possivelmente devido à amplitude e dimensões que o termo engloba. O conceito de sustentabilidade não é universal, estático, ou descritivo, uma vez que pode ser influenciado por contextos sociais, económicos e ambientais (Ko, 2005).

Apesar desta realidade, muitos autores apresentam definições para este conceito. Para Richards e Hall (2000), sustentabilidade requer continuidade/melhoria social, cultural e económica das comunidades humanas, bem como renovação ambiental.

Quando se aborda a temática da sustentabilidade é indispensável abordar a temática da governança, pois esta desempenha um papel fundamental. Segundo o Banco Mundial, no seu documento *Governance and Development*, datado de 1992, governança é “o exercício da autoridade, controlo, administração, poder de Governo”. Ou seja, é a forma como o poder é exercido na administração dos recursos de um país, de forma a proporcionar desenvolvimento sustentável (World Bank, 1992).

O conceito de desenvolvimento sustentável foi também definido, em 1987, no relatório *O Nosso Futuro Comum*, da comissão *Brundtland*, como sendo “o desenvolvimento que vai ao encontro das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (WCED, 1987, s.p). Segundo o mesmo relatório, para o desenvolvimento sustentável é necessário ter em consideração cinco pilares, nomeadamente:

- i) Planeamento estratégico holístico;
- ii) Importância de preservar os processos ecológicos essenciais;
- iii) Necessidade de proteger conjuntamente a herança humana e a biodiversidade;
- iv) Necessidade de desenvolvimento de tal modo que a produção possa ser mantida através dos tempos pelas futuras gerações, evidenciando equidade inter-geracional;
- v) Objetivo de alcançar um melhor equilíbrio de justiça e oportunidades entre nações.

Careto e Lima (2006), referem que o Homem tem sido incapaz de preservar e proteger os recursos existentes. Nesse sentido, este relatório da comissão *Brundtland* estabeleceu a necessidade de procurar formas de desenvolvimento sustentáveis.

Para esse desenvolvimento sustentável é necessário que exista equilíbrio entre a economia, a sociedade e o ambiente, para que nenhum desses aspetos seja considerado mais relevante que os restantes (Farrell, 1992). Para além do equilíbrio entre os aspetos referidos, é fundamental que exista

equilíbrio e equidade de acesso aos recursos por parte da população (Fox, 1994). Contudo, apesar de todo o equilíbrio e equidade que poderá existir, a sustentabilidade é essencialmente uma questão de trocas entre diferentes áreas, pelo que os resultados numa área tendem a ter impacte nos resultados de outra área (Northcote & Macbeth, 2006).

Em suma, desenvolvimento sustentável consiste num processo que permite o desenvolvimento de forma a não prejudicar ou esgotar os recursos existentes, garantindo a sua manutenção e conservação para as gerações futuras.

Quanto ao turismo sustentável, este é definido como sendo aquele que se desenvolve de forma a proporcionar proteção para o futuro da região, de acordo com as necessidades dos turistas e das próprias regiões (Organização Mundial do Turismo (OMT), 1993). Deste modo, o conceito de turismo sustentável é integrante do conceito de desenvolvimento sustentável, uma vez que o objetivo é proteger e desenvolver as regiões, sem comprometer o futuro.

Este tipo de turismo desenvolve as suas atividades de forma a minimizar os impactes, tanto ambientais, como sociais, económicos, e a maximizar os impactes positivos. As empresas do setor turístico/regiões de turismo que ambicionem ser sustentáveis devem procurar maximizar a riqueza gerada, respeitando sempre o equilíbrio dos recursos disponíveis e os interesses de todos os *stakeholders* (Sustentare, 2009).

Um outro conceito que importa compreender é o de destino turístico. De acordo com a OMT, é possível definir destino turístico como sendo um espaço físico, com fronteiras administrativas e onde um visitante permanece pelo menos uma noite. Um destino turístico engloba, normalmente, para além de produtos turísticos e atrações, serviços de apoio ao visitante como alojamento, serviços de restauração, transportes, acessibilidades, entre outras infraestruturas (OMT, 1998).

A procura por destinos turísticos sustentáveis tem vindo a aumentar nos últimos anos. Contudo, o

número de turistas cujo fator motivacional tem por base critérios de sustentabilidade é relativamente baixo, sendo esta a principal causa para que ainda não se tenha registado o grande *boom* do turismo sustentável (Budeanu, 2007). Ao invés deste facto, os turistas preferem fundamentar a escolha dos seus destinos turísticos com base nas emoções e memórias que o destino lhes evoca, bem como nas suas imagens favoráveis (Echtner & Ritchie, 1991). A escolha dos destinos turísticos pode ainda ser baseada, por exemplo, em comentários de familiares ou amigos, anúncios publicitários, fatores pessoais ou socioculturais.

Para combater esse problema do baixo número de turistas com fatores motivacionais, tendo por base critérios de sustentabilidade, é fundamental planejar, até porque o planeamento sempre integrou princípios de sustentabilidade (Winter, 1994).

### 3. PET e turismo

O conceito de planeamento é bastante complexo e transversal, caracterizando-se por ser um processo contínuo e dinâmico, que passa pela determinação de objetivos e a avaliação dos meios para os atingir. Para a concretização desses objetivos é necessário planejar, segundo a organização de ações numa sequência lógica (Hall, 2002). Outros autores dão o seu contributo na definição deste fenómeno, referindo planeamento como uma atividade de tradução de conhecimento em ações de domínio público (Healey, 1990, citado por Friedmann, 1997).

Quanto às definições de planeamento estratégico e de PET, estas não são universais, uma vez que existem vários autores e profissionais que empregam este termo de forma diferente (Albrechts, 2004). De acordo com Healey (1997), o PET consiste num conjunto de práticas de governança, com o objetivo de conceber e implementar estratégias, planos, políticas e projetos como forma de desenvolvimento.

Quanto ao papel do planeamento territorial

para o desenvolvimento sustentável, este assenta em evitar ou reduzir impactes adversos, exercendo um papel proactivo através de respostas adaptativas às alterações que poderão ocorrer (Marshall, 1992). Desse modo, a tarefa dos planeadores consiste em analisar de que forma as políticas relevantes, na maioria das vezes estabelecidas a nível nacional ou internacional, “se relacionam com o uso e o desenvolvimento territorial e verificar o peso das medidas do planeamento territorial” (Owens, 1993, s.p.).

O PET pode-se considerar um importante instrumento para a operacionalização do desenvolvimento sustentável, incluindo para a promoção de destinos turísticos sustentáveis.

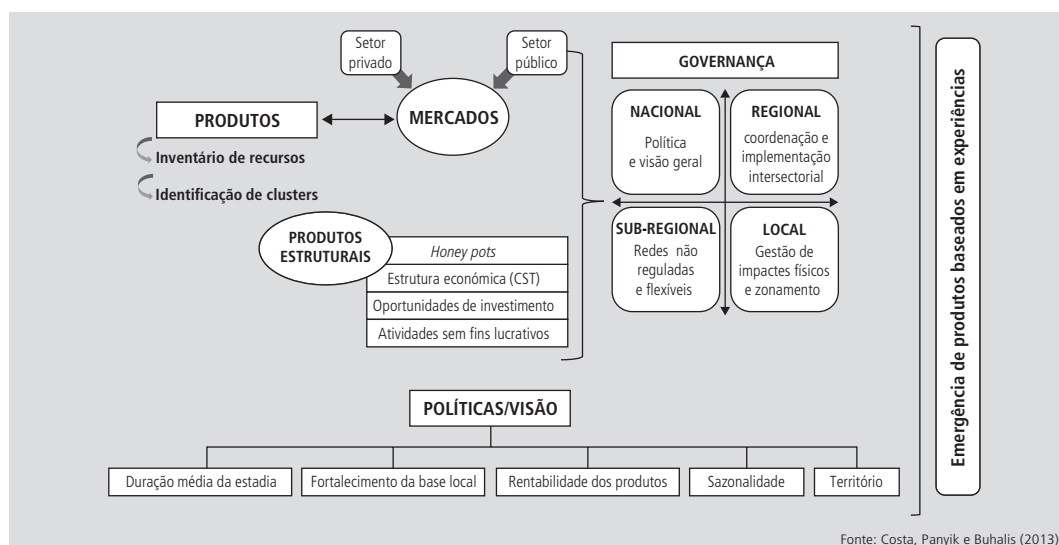
De seguida, apresentam-se alguns modelos de planeamento e desenvolvimento em turismo, tendo em consideração o suporte que estes proporcionam, tanto para o PET, como para o desenvolvimento de destinos sustentáveis.

#### 3.1. Modelo ‘Produto-Espaço’

Dois dos principais problemas dos modelos de planeamento em turismo, já existentes, são a falta de formulação de estratégias/políticas de forma adequada e a falta de organização. Um dos modelos mais válidos, atualmente, é o modelo ‘Produto-Espaço’ (Figura 1), uma vez que o seu objetivo fundamental é combater esses problemas referidos anteriormente.

Esse modelo considera um destino como uma área geograficamente definida. Contudo, os visitantes têm cada vez menos noção das limitações geográficas das regiões. Esse facto impossibilita a promoção de um destino isoladamente, pois à partida os visitantes investigam mais que a área promovida (Costa, 2013).

Assim, este modelo revela que é indispensável conhecer, para além de todo o mercado, a características, de modo a mudar a lógica do ‘Espaço-Produto’ para ‘Produto-Espaço’. Para tal, deve ser realizada uma inventariação de todos os recursos



Fonte: Costa, Panyik e Buhalis (2013).

Figura 1 | Modelo 'Produto-Espaço' para o desenvolvimento de destinos.

existentes no território de forma a definirem-se clusters da oferta, conceber e comercializar produtos turísticos estruturantes (Costa, 2013).

A estruturação e hierarquização da oferta contribuem para a definição de *Honey-Pots*, que permitem definir uma marca de um destino. Para tal, e pela diversidade de interesses e percepções, é necessário existir inter-relação entre todos os stakeholders do setor, de modo a promover a criação de redes (Costa, 2013).

Com base no que foi referido anteriormente, é possível criar estratégias/políticas de desenvolvimento do turismo, de modo a combater alguns dos atuais problemas do setor, nomeadamente ao nível dos tempos médios de permanência, do fortalecimento da base económica regional/local, da rentabilidade dos produtos, da organização e estruturação sazonal dos produtos, bem como da organização espacial (Costa, 2013).

### 3.2. Modelo de competitividade e sustentabilidade de destinos turísticos

Outro modelo que é de extrema relevância analisar é o modelo de competitividade e sustenta-

bilidade de destinos turísticos, de Ritchie e Crouch (2010).

Este modelo é vocacionado para o desenvolvimento sustentável de novos destinos turísticos. Desse modo, como é possível observar na figura 2, encontram-se referências às vantagens comparativas (recursos humanos, recursos físicos, conhecimento, infraestruturas, recursos históricos e culturais, dimensão da economia, entre outros) e às vantagens competitivas (eficiência, eficácia, manutenção, crescimento e desenvolvimento, entre outros). Verifica-se que as vantagens comparativas referem-se aos fatores de que está dotado o destino turístico, tanto naturais como criados, e que as vantagens competitivas estão relacionadas com a capacidade de um destino em utilizar e gerir de forma eficiente esses recursos que o constituem (Ritchie & Crouch, 2010).

Este modelo encontra-se estruturado em cinco níveis que envolvem o macro e o microambiente (fatores e recursos de suporte; principais recursos e atrações; manutenção do destino; políticas de planeamento e desenvolvimento no destino; fatores de qualificação e ampliação). Cada nível representa um conjunto de elementos que os novos destinos turísticos devem ter em consideração, para que se

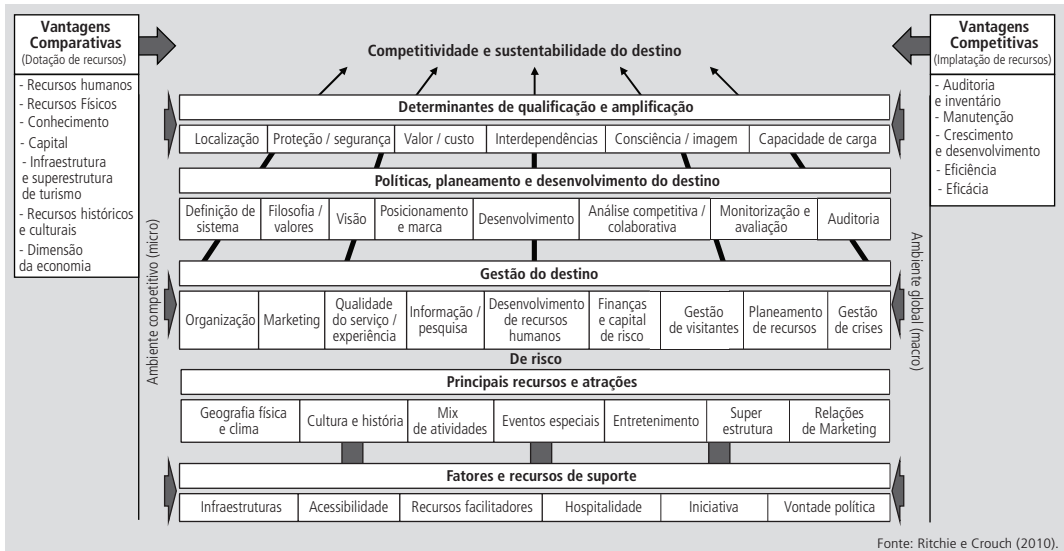


Figura 2 | Modelo de competitividade e sustentabilidade de destinos turísticos.

desenvolvam de forma sustentável e competitiva no mercado turístico, que é cada vez mais global (Ritchie & Crouch, 2010).

#### 4. Destinos turísticos sustentáveis: O caso das zonas costeiras

As zonas costeiras são áreas de elevado potencial para a sociedade moderna, em particular para Portugal. Contudo, nos últimos quarenta anos tem-se assistido a uma grande concentração de áreas urbanas, industriais e turísticas nestas zonas (Silva, 2002). Deste modo, é fundamental que essa concentração em zonas costeiras seja desenvolvida de forma sustentável, com vista a assegurar os recursos existentes para as gerações futuras.

*QualityCoast* é um *website* que avalia a sustentabilidade de destinos turísticos, englobando parâmetros de avaliação como a natureza, a cultura, a economia e o meio ambiente. Em maio de 2013, o júri da *QualityCoast* selecionou 22 cidades costeiras e ilhas que reuniam padrões de qualidade e sustentabilidade. Das cidades e ilhas em participação, os Açores ganharam o prémio *QualityCoast*, sendo

nomeados como o destino mais sustentável do mundo. No topo da lista, estão também destinos Portugueses como Lagos, a região Oeste e Cascais (*QualityCoast*, 2014).

De seguida, apresentam-se sumariamente estes casos de estudo, de destinos sustentáveis, de forma a compreender o que os distinguiu a nível mundial.

##### 4.1. O caso dos Açores

O arquipélago dos Açores é considerado o destino turístico mais sustentável do mundo (Publituris, 2013). Segundo o estudo da *QualityCoast*, nomeadamente o *Global Sustainable Tourism Review*, as ilhas são os destinos que mais escapam ao fenómeno e ao impacto do turismo de massas. Contudo, mais de 95% desses destinos não tem uma política de sustentabilidade definida (*QualityCoast*, 2014).

Relativamente ao arquipélago dos Açores, este situa-se no Oceano Atlântico, sendo composto por nove ilhas vulcânicas, nomeadamente Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo (Governo dos Açores, 2014).

O prémio internacional da *QualityCoast*, que distingue os Açores, deve-se ao facto do arquipélago

ter obtido a melhor pontuação no que diz respeito à qualidade ambiental costeira para um turismo sustentável. Dos critérios avaliados pelo júri da *QualityCoast*, destacam-se a identidade local, o património natural e cultural do destino, a beleza natural e a qualidade ambiental. Detalhadamente, refere-se que os Açores possuem uma vida marinha rica e protegida (incluindo golfinhos, cachalotes, baleias de grande porte, tartarugas, aves marinhas, peixes, corais, entre outros), áreas naturais protegidas e com trilhos bem regulamentados, e um sustentável uso de energias renováveis (QualityCoast, 2014).

Quanto aos aspetos positivos, relativamente à sustentabilidade do destino, refere-se que existem sessenta trilhos pedestres e ciclovias espalhadas pela ilha, sinalização, e percursos pedestres regulamentados por leis de base regional. Refere-se, ainda, que os Açores apresentam uma excelente qualidade balnear, com um total de 33 bandeiras azuis. Durante os últimos anos, os Açores tem apostado na sensibilização da população local, incluindo em escolas (QualityCoast, 2014).

No que respeita aos pontos que o destino deve melhorar, refere-se que deveria existir um maior envolvimento do setor do turismo, com medidas concretas de desenvolvimento sustentável, em particular sobre os aspetos de gestão da água e das energias renováveis (QualityCoast, 2014).

#### 4.2. O caso de Lagos

Devido à sua localização e importância económica, desde os descobrimentos portugueses, Lagos assume um relevante papel no turismo. O seu território é composto por mais de 60% de área de conservação da natureza e o seu interior é pouco povoado (QualityCoast, 2014).

Os aspetos mais positivos e que possibilitaram o reconhecimento sustentável referem-se ao facto de existir um instrumento de planeamento e gestão, nomeadamente um Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC Burgau-Vilamoura), o que

é de extrema relevância para a conservação da natureza. Quase toda a população de Lagos (98%) está servida por um eficiente sistema de resíduos e tratamento de água, o que contribui para um propício ambiente. Outro fator que contribui para a sustentabilidade do destino é o de existirem esforços para apoiar a redução do consumo de energia e de emissão de CO<sub>2</sub> (dióxido de carbono) (QualityCoast, 2014).

Relativamente aos aspetos que o destino deve desenvolver, destaca-se um maior envolvimento das empresas em boas práticas ambientais, o aumento da identidade, do património cultural e da preservação local. Destaca-se, ainda, que o destino deve reduzir o consumo de água, uma vez que o consumo médio de água potável, *per capita* e durante a época baixa, é bastante próximo da média europeia, o que poderá constituir um problema tendo em conta a escassez de água na região (QualityCoast, 2014).

#### 4.3. O caso da Região Oeste

A Região Oeste compreende os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras, sendo uma região rica em cultura de vinhas, tradições marítimas e piscatórias (Região de Turismo do Oeste, 2014).

Esta região apresenta uma área não construída de 87%, belas paisagens, praias e intensas manchas verdes. Os doze municípios que integram esta região pretendem em conjunto promover o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida. Os principais aspetos positivos que traduzem a sustentabilidade deste destino referem-se ao facto de grande parte do território ser classificado como Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e a leis de base regional (QualityCoast, 2014).

Relativamente ao turismo do Oeste, são oferecidos folhetos e material promocional, em

cinco línguas diferentes, e existem cerca de dezasseis praias acessíveis para pessoas com deficiência. Por fim, refere-se que o compromisso com as questões de sustentabilidade deve envolver todos os doze municípios e diminuir a concentração em regiões individuais (QualityCoast, 2014).

#### 4.4. O caso de Cascais

Cascais situa-se a trinta quilómetros de Lisboa, sendo um destino caracterizado pelo seu clima privilegiado. Este é um concelho que tem como prioridade alcançar um “desenvolvimento que garanta a prossecução das necessidades humanas a nível económico e social, sem colocar em causa as gerações futuras e respeitando sempre os limites ecológicos do planeta” (Câmara Municipal de Cascais, 2014, s.p.). Deste modo, evidencia-se que é reconhecida a importância do desenvolvimento sustentável, uma vez que também desenvolvem projetos em áreas de atuação como cidadania e participação pública, energia, qualidade ambiental e sensibilização ambiental da população (Câmara Municipal de Cascais, 2014).

A sustentabilidade desde concelho também se relaciona com o facto de este se situar no Parque Natural de Sintra-Cascais e de existir o Eco-Parque do Pisão, que oferece passeios interpretativos, de forma a dar a conhecer aos visitantes mais sobre o património natural, cultural e histórico da região (QualityCoast, 2014).

Desde 2009 Cascais integra uma iniciativa da União Europeia que envolve autoridades locais e regionais, com o objetivo de reduzir a sua emissão de CO<sub>2</sub>, em 20%, até 2020. O município de Cascais pretende, ainda, promover a utilização de transportes públicos, através do aluguer gratuito de bicicletas (QualityCoast, 2014).

Por fim, destaca-se que Cascais possui o primeiro ‘Zero Energy Building’, de Portugal, nomeadamente o Centro de Interpretação Ambiental de Pedra do Sal (CIAPS), que oferece informação

relativa à rica biodiversidade da área costeira (QualityCoast, 2014).

#### 4.5. Importância do PET para destinos com zonas costeiras

A falta de planeamento em zonas costeiras, particularmente em destinos de sol e mar, causa um conjunto de desequilíbrios estruturais, tanto a nível da oferta como da procura turística (Cunha, 1997), nomeadamente:

- Concentração geográfica da oferta;
- Sobrecarga de construção e desordenamento urbano;
- Elevada sazonalidade;
- Domínio da distribuição internacional da oferta turística portuguesa pelos grandes operadores turísticos;
- Dependência de um número restrito de mercados emissores;
- Concentração em atrativos e motivações (sol e praia);
- Imagem promocional pouco estruturada.

Neste sentido, o PET é necessário para controlar os problemas referidos anteriormente, bem como a capacidade de carga natural das zonas costeiras, a destruição das paisagens e a degradação dos recursos naturais. O desenvolvimento não controlado dos destinos também contribui para a destruição dos recursos básicos que servem de suporte à atividade económica, incluindo as características da zona costeira que atraem os turistas (Botelho, 2004).

## 5. Conclusão

Conclui-se que o PET pode, de facto, ser um importante instrumento para o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos. Um destino turístico que aplique os conceitos de desenvolvimento



sustentável e de PET é mais qualificado a nível ambiental, cultural, social e económico. Desse modo, proporcionará ao visitante uma experiência com mais qualidade, bem como estará mais apto para minimizar os impactes negativos resultantes do turismo.

No entanto, convém referir que cada destino turístico apresenta uma combinação única de características, determinadas pela sua localização, atrações, cultura e história, sendo desse modo indispensável desenvolver planos, estratégias e modelos adaptados a cada um desses destinos.

Relativamente à análise dos destinos turísticos sustentáveis, nomeadamente o caso dos Açores, de Lagos, da Região Oeste e de Cascais, pode-se concluir que estes são destinos que promovem o turismo sustentável, tendo em conta dimensões do PET.

Especificamente no caso dos Açores pode-se referir que existem inúmeros trilhos pedestres e ciclovias, bem sinalizados e regulamentados por leis de base regional. Relativamente a Lagos, existe um importante plano especial de ordenamento do território, nomeadamente o POOC Burgau-Vilamoura. Na Região Oeste, grande parte do território encontra-se classificado como REN e RAN e regulamentado por leis de base regional. Quanto a Cascais, o município desenvolve projetos em áreas de atuação como a cidadania e participação pública, energia, qualidade e sensibilização ambiental da população, integrando iniciativas com o envolvimento das autoridades locais e regionais.

Quanto aos casos de estudo em que é possível identificar estratégias contempladas nos modelos, pode-se referir, por exemplo, que na Região Oeste pretende-se envolver os doze municípios e diminuir o enfoque em regiões individuais. Pode-se verificar que essa é uma estratégia/política que pretende combater alguns dos atuais problemas do setor, referidos no modelo 'Produto-Espaço', mais especificamente o fortalecimento da base económica regional/local e a organização espacial.

Em todos os casos analisados, os destinos apresentam um conhecimento bastante minucioso

dos seus recursos existentes. Esse conhecimento poderá ter por base os modelos analisados, uma vez que a inventariação dos recursos é uma das etapas do modelo 'Produto-Espaço', de Costa (2013).

Relativamente ao modelo de competitividade e sustentabilidade de destinos turísticos, de Ritchie e Crouch (2010), é igualmente necessário inventariar os recursos, de modo a conhecer as vantagens comparativas que um destino oferece. Considera-se que os casos de estudo analisaram convenientemente essas vantagens comparativas e as geriram de forma a obter vantagens competitivas. Tal facto, comprova-se através da imagem sustentável que esses destinos turísticos atualmente possuem, tanto a nível nacional, como internacional.

Através da análise dos casos de estudo verificou-se, ainda, que, de um modo geral, esses destinos turísticos sustentáveis passaram pelos cinco níveis que constituem o modelo. Embora os casos apresentados tenham sido de sucesso, pode-se concluir que a falta de PET e o desenvolvimento não controlado, dos destinos, causam um conjunto de desequilíbrios estruturais, tanto ao nível da promoção, como da oferta e da procura turística.

## Referências bibliográficas

- Albrechts, L. (2004). Strategic (spatial) planning reexamined. *Environment and Planning B: Planning and Design*, 31, 743-758.
- Botelho, A. C. (2004). *Proposta de indicadores de monitorização ambiental de POOC na Região Autónoma dos Açores*. Tese de Mestrado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Budeanu, A. (2007). *Sustainable tourist behaviour: A discussion of opportunities for change*. Universidade de Lund: Suécia.
- Câmara Municipal de Cascais (2014). *Estratégia ambiental e de sustentabilidade*. Acedido a 13 de janeiro de 2014, em <http://www.cm-cascais.pt/area/estrategia-ambiental-e-de-sustentabilidade>
- Carreto, H., & Lima, S. (2006). *Turismo e desenvolvimento sustentável* (Vol. 1). Lisboa: Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente (GEOTA).
- Costa, C. M. M., Panyik, E., & Buhalis, D. (Eds.) (2013). *Trends in European tourism planning and organizations systems*. Bristol: Channel View.
- Cunha, L. (1997). *Economia e política do turismo*. Lisboa: MacGraw-Hill.

- Echtner, C. M., & Ritchie, J. R. B. (1991). The meaning and measurement of destination image. *The Journal of Tourism Studies*, 2(2), 2-12.
- Farrell, B. (1992). Tourism as an element in sustainable development: Hana, Maui. In V. Smith & W. Eadington (Eds.), *Tourism alternatives* (pp. 115-132). Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Fox, W. (1994). Ecophilosophy and science. *The Environmentalist*, 14, 207-213.
- Governo dos Açores (2014). *Informação sobre os Açores*. Acedido a 12 de janeiro de 2014, em <http://www.azores.gov.pt/Portal/pt/menus/topocima/azores/?lang=pt&area=ct>
- Hall, P. (2002). *Urban and regional planning*. New York: Routledge.
- Healey, P. (1990). *Planning theory – Prospects for the 1990s: Planning through debate*. Newcastle: Oxford Polytechnic.
- Healey, P. (1997). *Making strategic spatial plans: Innovation in Europe*. USA: Taylor & Francis e-library.
- Ko, T. (2005). Development of tourism sustainability assessment procedure: A conceptual approach. *Tourism Management*, 26, 431-445.
- Marshall, T. (1992). A review of recent developments in European environmental Planning. *Journal of Environmental Planning and Management*, 35(2), 129-144.
- Northcote, J., & Macbeth, J. (2006). Conceptualizing yield: Sustainable tourism management. *Annals of Tourism Research*, 33, 199-220.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (1993). *Agenda 21 for the travel & tourism industry: Towards environmentally sustainable development*. Madrid: Organização Mundial do Turismo.
- Organização Mundial de Turismo [OMT] (1998). *Introducción al turismo*. Madrid: Organização Mundial do Turismo
- Owens, S. (1993). Viewpoint, the good, the bad and the ugly: Dilemmas in Planning for Sustainability. *Town Planning Review*, 64(2), s.p.
- Publituris (2013). *Açores lidera lista de destinos sustentáveis*. Acedido a 12 de janeiro de 2014, em <http://www.publituris.pt/2013/09/26/azores-lidera-lista-de-destinos-sustentaveis/>
- QualityCoast (2014). *Global sustainable tourism review (GSTR): Coast and islands*. Acedido a 12 de janeiro de 2014, em <http://www.qualitycoast.info/alldestinations.htm>
- Região de Turismo do Oeste (2014). *Apresentação: Turismo do Oeste*. Acedido a 13 de janeiro de 2014, em <http://www.rt-oeste.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=c73f06d2-d35e-4cd2-8e97-98f62ec1200f&m=a68>
- Richards, G., & Hall, D. (2000). *Tourism and sustainable community development*. London: Routledge.
- Ritchie, J. B., & Crouch, G., I. (2010). A model of destination competitiveness/ sustainability: Brazilian perspectives. *Revista de Administração Pública*, 44(5), 1049-1066.
- Silva, C. P. (2002). *Gestão litoral: Integração de estudos de percepção da paisagem e imagens digitais na definição da capacidade de carga de praia*. Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Sustentare (2009). *Turismo sustentável e a sua importância para o sector em Portugal*. Acedido a 12 de janeiro de 2014, em <http://www.sustentare.pt/pdf/Research5-%20Turismo-Sustentavel.pdf>
- WCED (1987). *O nosso futuro comum*. Lisboa: Líder Editores.
- Winter, P. (1994). Planning and Sustainability: An examination of the role of the planning system as an instrument for delivery of sustainable development. *Journal of Planning and Environmental Law*, October, 883-900.
- World Bank (1992). *Governance and development*. Washington: World Bank.